

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JUNHO DE 1996**

*Senhor Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel; Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia; Dr. José Israel Vargas; Senhores Ministros de Estado; Senhores Líderes do Governo, que aqui estão; Senhores Parlamentares; Dr. Bevilacqua; Dr. Moysés Nussenzveig; Senhoras e Senhores,*

É com alegria que, pela segunda vez, tenho a possibilidade de outorgar a cientistas brasileiros esse Prêmio Álvaro Alberto. Disse o Ministro Vargas, com muita precisão, que nós, no dia de hoje, devemos, ao mesmo tempo em que estamos aqui nos rejubilando pelo trabalho dos nossos companheiros Moysés e Bevilacqua, não esquecer que o avanço da ciência requer organização. Isso foi possível porque houve Álvaro Alberto e porque houve gente como Renato Archer, que se dedicaram com muito afinco – embora não sejam, necessariamente, as pessoas que aí se dedicam, propriamente cientistas, mas são pessoas que organizam a ciência e possibilitam, portanto, o desenvolvimento científico. Acho que a homenagem ao Renato Archer é uma homenagem merecida, justa, hoje, que é o sétimo dia da sua morte.

Mas, na verdade, o que nos une aqui, hoje, é muito mais a comemoração pelo prêmio que está sendo outorgado.

Eu queria dizer que ouvi com muita atenção as palavras dos que me precederam. Só não trouxe no bolso nenhum verso do Camões e os que ainda sei de memória são muito poucos e muito batidos para repeti-los aqui, porque eu ficaria envergonhado pela obviedade. Talvez de um soneto ainda pudesse me lembrar, mas reservarei para outra oportunidade.

Queria dizer-lhes que, tendo ouvido com muita atenção as palavras, acho que temos que refletir, efetivamente, nos termos em que o Professor Nussenzweig colocou as questões. A ciência requer continuidade, requer um certo horizonte e requer, digamos assim, tranquilidade. É muito difícil a produção científica num ambiente de sopetões. Não quero, por razões óbvias, fazer referências mais específicas ao que foi dito pelo Professor Nussenzweig sobre momentos de grande desorganização do Estado brasileiro. Mas houve momentos de grande desorganização.

Devo também dizer, à pureza, já que estamos camonianos, que o trabalho da reorganização do Estado é fundamental para que a Ciência possa ter essa tranquilidade. Como todos sabem, fui Ministro da Fazenda. Quando fui Ministro da Fazenda, o Ministro Vargas já era Ministro da Ciência e Tecnologia; e se recordará das imensas dificuldades que tínhamos para prever, não digo o ano seguinte, mas para prever a semana seguinte.

A inflação causou tal desarticulação do sistema administrativo brasileiro que só quem a viveu de perto pode se dar conta do que significou, realmente, a desordem introjetada em todos os atos de governo. Os orçamentos passaram a ser peças de ficção e, como eram de ficção, tornavam-se realidade na boca do cofre.

O Ministro da Fazenda passou a ser, realmente, o grande xerife do Brasil. E isso criou distorções grandes: primeiro, porque gerou mecanismos de poder burocrático, que dificultam muito a consecução dos objetivos de governo e porque, de alguma maneira, também houve certa acomodação a esse fato. Ficou mais fácil dizer: “Não faço porque não temos verba.”

Então, de lado a lado, houve prejuízo com essa situação. Disse o Ministro Vargas que, com o Real, com o Plano Real, foi possível normalizar a economia. E é verdade, nós estamos, hoje, com a moeda sob controle, mas ainda estamos padecendo das conseqüências do passado. Os orçamentos não são realistas até hoje. E não são realistas a partir da proposta do Executivo, o que é mais dramático ainda, porque, na negociação interna, dentro do aparelho de Estado, há sempre uma certa margem de ilusão: pensa-se que é possível ter mais do que será possível mesmo. Depois, na negociação externa, no Congresso, essa ilusão aumenta muito, chega a ser quase surrealista. Volta ao Governo, e o Governo, então, muitas vezes, é obrigado a cortar – e corta abaixo daquilo que ele próprio havia proposto.

Isso tudo é fruto desse estado de espírito que ainda resulta da nossa incapacidade de termos uma medida das coisas, um senso de proporção. Com a moeda estável, torna-se mais fácil ver o que se vai objetivamente obter através dos impostos e como se vai fazer a repartição desses impostos. Mas nós ainda estamos nesse processo.

Neste ano, com muita luta, expliquei aos Ministros do petróleo – o Malan e o Kandir; aliás, foi o Serra ainda – que eu queria ter um plano de desembolso, de tal maneira que os administradores públicos pudessem, pelo menos, saber, nos próximos três meses, de quanto iriam dispor. Isso conseguimos. Não sei na prática. Vamos ver agora, porque é a partir de junho que se tem um horizonte de três meses.

Quero, no ano que vem, ter um horizonte de doze meses. Mas, para ter um horizonte de doze meses, é preciso que haja um orçamento realista, senão não adianta, quando não há inflação. Quando há inflação, é fácil: todo mundo, um engana o outro. O Governo concede, depois não solta no dia que prometeu, atrasa uma semana. Quando recebe o dinheiro, a pessoa recebe aquilo que foi prometido, mas não vale mais nada. Agora, não; agora, a moeda tem um valor mais estável.

Então, precisamos ter um orçamento realista, para que possamos ter desembolso automático. Temos que transformar a tesouraria da

República, o Tesouro, efetivamente, em caixa pagador, e não em peça essencial da política econômica do País.

Esse é o nosso esforço atual: essa transformação. É um processo longo, que implica muita discussão e vai incidir sobre a área da ciência e tecnologia numa proporção definida, menor do que no conjunto, mas vai ter um efeito prático, ou seja, a possibilidade de se saber com quanto, efetivamente, se vai contar.

Agora, com quanto nós contamos?

Aí, é triste. De todo o orçamento da República, que hoje é de 160 bilhões de reais – é bastante dinheiro –, efetivamente o que o Governo decide, desses 160 milhões de reais, incide sobre 14 bilhões. O resto é verba automática, quer dizer, recolhem-se os impostos e eles vão embora. Por quê? É pessoal, é aposentadoria que é crescente, são transferências constitucionais, são juros. Sobram 14 bilhões. Catorze bilhões divididos por doze dá um pouquinho mês a mês, mais ou menos 1 bilhão e pouquinho, 1 bilhão e 100 milhões, 1 bilhão e 200, varia de mês. Disso, a área da saúde, que está sem recurso, consome 60%.

Então, o dinheiro efetivo para todo o Brasil é de 400 a 500 milhões de reais por mês, para tudo: para transporte, para agricultura, para ciência e tecnologia, para tudo. É nada. Essa é a realidade do orçamento do País. Por que insisto tanto nas reformas? Porque, se não tivermos mais flexibilidade e não conseguirmos controlar certas despesas automáticas, essa situação vai piorar, e a visibilidade da piora vai ser maior, porque a moeda é estável. Não há mais o mecanismo de enganar. E é até bom que não haja, porque o país vê: “Olha, a realidade é essa.”

Nós nos debatemos com uma escassez enorme, não pela incapacidade do Estado de recolher impostos, até pelo contrário. Cento e sessenta bilhões correspondem, *grosso modo*, ao conjunto do País: municípios, estados, União. Trinta por cento do que se produz são depois retidos sob a forma de impostos. Pois bem, é bastante, não posso pedir mais à sociedade. Se não posso pedir mais à sociedade, tenho de fazer as reformas que me permitam utilizar mais racionalmente o dinheiro disponível. Essa é que é a questão.

Estou dando explicações do por quê. Por mim, eu daria muito mais para tudo. Para Ciência e Tecnologia, nem se fala. Não tem. Não é que o Governo não queira. Não tem. Então, temos que criar condições para ter. Criar condições para ter é fazer reforma, porque, evidentemente, se deixarmos a folha de pagamento de salário subir, digamos, por crescimento vegetativo, 1,2% ao mês – é o que está acontecendo –, se o Governo não fizer nada, vai subindo, vai subindo, vai subindo. E com muito mais velocidade a folha de aposentadoria. Como é que se faz? Tira-se de onde? Quem paga? Quem paga é o chamado – o Moisés conhece – OCC-Outros Custeios de Capital. É o que se gasta.

Então, os recursos que realmente acabam sendo comprimidos são esses 14 bilhões. É injusto, mas é o que sobra. A única ação que o Governo tem para poder se ajustar ao fato de não dispormos de mecanismos que nos permitam cortar despesas crescentes é comprimir mais. E não há mais o que comprimir.

Bom, não estou dizendo isso para assustar, não. No que diz respeito aos núcleos de excelência, eu já disse ao Ministro: o que está prometido será feito, de qualquer maneira. O Presidente da República, no Brasil, dispõe de muito pouco poder para contrapor-se a certas características do nosso sistema legal burocrático, mas esse poder eu tenho, dessa quantia de verba eu disponho, de modo que, quanto a isso, não há perigo.

Já não posso dizer o mesmo com relação aos outros censos para os quais o Professor José chamou a atenção. É verdade, não adiante ter esses centros de excelência sobre um cemitério de fracassos: não vai resultar em nada. Então, temos de, realmente, estar muito atentos ao conjunto das medidas e das transformações, para que possamos avançar nessas outras direções.

De qualquer maneira, estou prestando esse esclarecimento não para desiludir, mas para dizer que estamos lutando para criar, no Brasil, condições de mudança efetiva do modo pelo qual fazemos o orçamento e do modo pelo qual atendemos às demandas genuínas da sociedade brasileira. E isso requer maior compreensão, maior

consciência do conjunto de processos que ocorrem na administração e na política brasileira.

Fiquei, naturalmente, sensibilizado pelas palavras do Professor Nussenzveig de que precisaria da minha interferência direta, do meu cuidado direto. Tenho esse cuidado em certas áreas, tenho mesmo, e o manifesto sempre. Agora, começo a ficar preocupado. Hoje tem uma caricatura do Chico no *O Globo* – que é um sujeito de grande talento – em que estou fantasiado de xerife e estão chamando a atenção para o fato de que foi assassinado o PC Farias em Alagoas. Aí não posso fazer nada. É preciso que cada um assuma a sua parcela de responsabilidade. O Presidente da República não pode ser o xerife do Brasil. Ele pode inspirar medidas, pode conduzir a política, pode tentar direcionar, dar rumo ao País, mas a execução é um processo coletivo. A responsabilidade também. Cada um tem que assumir a sua parcela de responsabilidade, senão o presidente fica realmente num pedestal mas impotente para uma ação prática.

Por sorte, na comunidade científica, nós estamos criando – o Ministro tem atuado de forma muito efetiva –, esse conselho agora, que era outra aspiração da comunidade. Eu presidir o conselho? Aí vou mesmo, porque fiz questão disso. O Ministro sabe e já reconheceu que eu acho que, nessas áreas, é preciso haver um sinal muito claro da vontade política do Presidente da República. Mas nós vamos ter que dividir mais as nossas responsabilidades. Então, vou cobrar também mais o assessoramento, o acompanhamento e a compreensão; e, mais do que isso, lutarmos juntos. Lutarmos juntos para que se possa obter os recursos necessários.

Dito isso, quero terminar dizendo também que, a despeito de tantas dificuldades, estou muito confiante. A produção científica no Brasil, com todas as dificuldades, continua; continua existindo uma produção razoável. Nas universidades também, apesar de todas as dificuldades. E os sistemas do CNPq estão, crescentemente, produzindo efeitos. A Capes também tem funcionado com muita prestação. Acho que não temos razões para desânimo nessa área.

A produção cultural é uma produção que avança, e a preocupação que eu tenho e muitos de nós temos é porque, bem ou mal, como essa produção avança e como hoje tudo é globalizado, ela também se globaliza. E, se não tivermos uma média razoável, os menores vão ser sugados pelo sistema internacional de produção. Isso é fatal; ocorre dessa maneira. Por isso, no Ministério da Educação temos tido enorme empenho na educação primária, na educação elementar, na formação da base da sociedade, porque todos os dados que vejo, e vejo-os com muita frequência, mostram que os gastos sociais e os gastos culturais – culturais é normal que o sejam –, retifico, os gastos sociais são gastos que, não é que se percam, mas ficam nas mãos dos mais bem aquinhoados. É patético.

Nossas estatísticas demonstram aquilo que todos sabemos: estamos montados numa sociedade de privilégios, e custa quebrar privilégio, sobretudo os privilégios desfrutados por todos nós. Dói cortar na pele, cortar na carne, mas vamos ter que cortar na carne. Temos de entender que, efetivamente, o gasto principal precisa ir para quem não tem acesso, realmente, a uma porção de benfeitorias que a sociedade já lhe poderia ter proporcionado. Então, temos que dar um forte cunho democratizador às ações de governo.

Tenho certeza de que a comunidade científica entende isso e é capaz de, ao mesmo tempo, ser – porque tem que ser – a dos melhores, porque não há ciência sem excelência. Essa excelência não pode ficar fechada numa torre de marfim. A comunidade científica tem que entender que essa excelência depende da democratização, depende da ampliação dos canais, do número de pessoas que participam da aventura-ciência, e assim por diante.

Termino felicitando-os mais uma vez. Sei da importância do trabalho dos senhores, e nada mais prazeroso para o Presidente da República – que uma vez foi pesquisador e hoje só pesquisa jornal – do que poder realmente ter apertado a mão de dois cientistas de mérito.

Muito obrigado aos senhores.

